

21.º CFORN - Curso de Formação de Oficiais da Reserva Naval, Ago1972

(Post reformulado a partir de outro já publicado em 14 de Setembro de 2010)



Listagem completa do 21.º CFORN.



Escola Naval – Juramento de Bandeira do 21.º CFORN.

Foi o segundo curso realizado no ano de 1972 que, a exemplo de anos anteriores foi assinalado pela incorporação de dois cursos de formação de oficiais da Reserva Naval.

O 21.º CFORN foi alistado em 31 de Agosto de 1972 e concluiu-se a 25 de Abril de 1973. Foram incorporados 93 cadetes assim distribuídos pelas várias classes: 23 cadetes na classe de Marinha, 4 cadetes da classe de Médicos Navais, 6 cadetes na classe de Engenheiros Maquinistas Navais, 28 cadetes na classe de Administração Naval, 31 cadetes na classe de Fuzileiros e 1 cadete na classe de Técnicos Especialistas.



A cerimónia de imposição das boinas aos novos fuzileiros

Comandava a Escola Naval o Contra-Almirante Pedro Fragoso de Matos que, em 11 de Outubro de 1972, foi substituído no cargo pelo Contra-Almirante José Augusto Barahona Fernandes.



O Contra-Almirante Pedro Fragoso de Matos, Comandante da Escola Naval e o Contra-Almirante José Augusto Barahona Fernandes que o substituiu no cargo.

Foi Director de Instrução o Capitão de Mar e Guerra Eugénio Eduardo da Silva Gameiro.



Capitão de Mar-e-Guerra Eugénio Eduardo da Silva Gameiro.

No final do período de instrução, o Prémio “Reserva Naval” foi entregue ao cadete da classe de Marinha, Alberto Manuel Carneiro Sereno. Este prémio destinava-se a galardoar o aluno com classificação mais elevada no conjunto da frequência escolar e da apreciação de carácter militar.



O cadete RN Alberto Manuel Carneiro Sereno, Prémio Reserva Naval

Durante o ano de 1972, para a prossecução do plano de modernização da Marinha, conjuntamente com a necessidade de reforçar os meios navais empenhados na Guerra do Ultramar, foram aumentados ao efectivo dos navios da Armada a LF «Sabre», o navio balizador «Schultz Xavier», o navio-patrolha «Zambeze» e o navio hidrográfico «Almeida Carvalho». Em 1973, vieram ainda reforçar aquele dispositivo os navios-patrolha «Limpopo» e «Save».



O navio hidrográfico «Almeida Carvalho»

No decorrer do mesmo ano de 1972, foram abatidos ao efectivo as fragatas «Álvares Cabral» e «D. Francisco de Almeida» e as LFP «Canopus», LFP «Deneb» e LFP «Algol» e, em 1973, seguiram idêntico destino a corveta «Cacheu», o draga-minas «Pico» e a fragata «Vasco da Gama».

Muitos oficiais da Reserva Naval desempenharam missões e viriam a fazê-lo nestes navios, quer nos entretanto abatidos quer nos aumentados ao efectivo, todos eles tendo representando um papel relevante na História da Reserva Naval.



Em cima: Carlos Manuel Pereira da Silva – LFP «Antares», Carlos Alberto de Magalhães Oliveira – LFP «Fomalhaut» e Carlos Eduardo Campos Valgode – LFP «Mercúrio»

Em baixo: José Carlos dos Santos Borges – «LFP «Procion» e José Manuel Miranda Themudo Barata – LFP «Bellatrix»



Houve uma normal mobilização dos elementos deste curso como Comandantes, Oficiais Imediatos de navios, Oficiais de Guarnição, integrando Companhias e Destacamentos de Fuzileiros ou Unidades e Serviços em terra. No entanto, na classe de Fuzileiros aconteceu pela primeira vez que a mobilização não foi maciça, como vinha acontecendo até então. Foram designados para prestar serviço em África, ou Continente e Ilhas, os seguintes oficiais:

Guiné (17 Oficiais):

2TEN RN António Manuel Souto Lopes da Graça, LFG «Orion»;
2TEN RN João Manuel da Silva Cunha, LFG «Dragão»;
2TEN RN José Carlos dos Santos Borges, LFP «Procion»;
2TEN RN José Manuel Miranda Temudo Barata, LFP «Bellatrix»;
2TEN RN José António Barbot Veiga de Faria, LDG «Montante»;
2TEN RN Manuel Jorge, LFG «Hidra»;
2TEN RN Manuel Tomás Fontainhas Pimenta de Castro, Comando de Defesa Marítima da Guiné;
2TEN EMQ RN Manuel de Vilhena Veludo, Comando de Defesa Marítima da Guiné;
2TEN FZE RN Albano Matos Fernandes Pereira, DFE 5;
2TEN FZE RN Fernando Manuel Barros da Cunha, DFE 4;
2TEN FZE RN Victor Manuel Moreno Albino Calado Capela, DFE 4;
2TEN FZ RN João Manuel do Rego Botelho Parreira, CF 5;
2TEN FZ RN José Fernandes Lomba, CF 5;
2TEN FZE RN João Luís Pamplona de Bettencourt Rodrigues, DFE 12;
2TEN FZE RN Joaquim Manuel Pereira Branco de Mascarenhas, DFE 22;
2TEN FZE RN José Joaquim Caldeira Marques Monteiro de Macedo, DFE 21;
2TEN FZ RN Vasco António Reinhardt Machado Monteiro, CF 8;

Em Abril de 1972 o PAIGC volta a flagelar, desta vez a cidade de Bolama, durante cerca de dez minutos com foguetões de 122 mm.

A partir de Julho foi lançada uma grande operação na zona do Cubisseco e Pobreza com a finalidade de ali instalar uma base que viria a ser denominada como “Tabanca Nova da Armada”. A região passou a ser sistematicamente flagelada, os resultados obtidos não surtiram os efeitos desejados e o aquartelamento foi desactivado em Novembro.

Numa entrevista ao jornal do Cairo, Amílcar Cabral declara que “num futuro próximo anunciaria a criação de um novo Estado e que a luta pela libertação nacional do povo da Guiné-Bissau era amplamente apoiada pela opinião pública progressista mundial”. Afirmou também que o PAIGC fora reconhecido como representante legítimo do povo da Guiné-Bissau por muitas organizações internacionais.

Pelas 22:30 horas do dia 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral é assassinado à porta da sua residência em Conacry, num crime atribuído “convenientemente” á PIDE/DGS por uma opinião pública internacional acicatada pelos países africanos. Aristides Pereira assume funções como chefe interino do PAIGC.

No mês de Março surgem no teatro de operações da Guiné os mísseis terra-ar Strella os quais, tendo como alvo as aeronaves, surtem um tremendo efeito negativo na FAP e, conseqüentemente, nas operações militares.



A fragata Comandante João Belo a navegar em águas oceânicas

A 25 de Março foi abatido um Fiat G-91 no Cantanhês, pilotado pelo TEN Miguel Cardoso Pessoa que se ejectou com sucesso e, três dias depois, na região de Madina do Boé uma parelha de Fiats G-91 é atacada com arma desconhecida. Um dos pilotos, 2º Comandante da Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné, TCOR Fernando Almeida Brito ao picar para tentar identificar o alvo foi atingido, ficando desfeito e morrendo o piloto. O seu asa conseguiu regressar à base.

Na primeira semana de Abril um T6 é abatido por um míssil Strella e despenhou-se causando a morte ao piloto. No dia 6 é novamente abatido um DO 27 onde o Major Mariz Martins, comandante do COP 3, efectuava um reconhecimento visual (RVIS), não havendo sobreviventes.

Em 8 de Maio é iniciada pelo PAIGC uma violenta ofensiva contra Guidage, junto à fronteira do Senegal. Em 11 de Maio grupos de combate dos DFE 1 e DFE 4 são enviados para o reforço da defesa daquele aquartelamento, sofrendo uma baixa no dia 13.

No dia 18 de Maio, comandado por João Bernardo “Nino” Vieira o inimigo desencadeia uma violenta ofensiva contra Guileje, localidade no sul da Guiné que, situada num ponto vital da rota de abastecimento do PAIGC, sem acesso por via fluvial, ficava completamente isolada.



INAB – Entrada das Instalações Navais de Bissau.

De 18 a 22 de Julho decorre o 2.º Congresso do PAIGC que fez a revisão geral dos estatutos elegendo Aristides Pereira como secretário-geral afirmando ser intenção do PAIGC proclamar a independência, constituir um governo e criar estruturas administrativas.

Em 6 de Agosto, o General Spínola regressa à Metrópole e é exonerado do seu Comando, sendo substituído a 28 do mesmo mês pelo general Bettencourt Rodrigues como Governador-Geral e Comandante-Chefe.

No mês de Outubro, mais uma vez os aliados americanos jogam a sua cartada no cenário internacional. O Senado proíbe a Administração de conceder a Portugal qualquer ajuda que permita a manutenção do “Regime Colonial”. Por sua vez, nesse mesmo mês, o Governo Português concede autorização aos EUA para utilizarem a Base das Lajes, nos Açores, como escala de apoio a Israel na guerra do Yom Kippur.

Em Dezembro já a confiança nos aéreos se tinha restabelecido e, conhecida a estratégia a utilizar para minimizar o efeito dos mísseis Strella, recomeçaram os voos com alguma normalidade, embora com redobrados cuidados.

Cabo Verde (5 Oficiais):

2TEN MN RN Luís André Liebermann da Costa e Silva, Pelotão n.º 1 de Fuzileiros;
2TEN RN Cândido José Dominguez dos Santos, Fragata «Comandante João Belo»;
2TEN RN José Manuel Gonçalves da Costa, Fragata «Comandante João Belo»;
2TEN FZ RN José António Caiola Lacerda de Almeida, Pelotão de Fuzileiros n.º 2;
2TEN FZ RN Leonel Alexandre Tomás Cardoso, Pelotão de Fuzileiros n.º 1;



1970 - Comando Naval de Cabo Verde - Capitania do Porto de S. Vicente

Angola (16 Oficiais):

2TEN RN Alberto Manuel Carneiro Sereno, Comando Naval de Angola;
2TEN MN RN Daniel Siragusa Leal, Comando Naval de Angola;
2TEN AN RN António José Rebelo de Andrade Cabral, Comando Naval de Angola;
2TEN AN RN Eurico Pimenta de Brito, Comando Naval de Angola;
2TEN AN RN Manuel Costa Pereira, Comando Naval de Angola;
2TEN RN Carlos Manuel Pereira da Silva, LFP «Antares»;
2TEN RN Carlos Alberto de Magalhães Oliveira, LFP «Fomalhaut»;
2TEN RN Fernando Manuel Barreiros Antunes, LFG «Pégaso»;
2TEN RN Henrique Joaquim Gomes, navio-patrolha «Cunene»;
2TEN RN Luís Manuel Abreu da Cunha e Melo, LDG «Alabarda»;
2TEN RN Manuel Eduardo da Costa e Almeida Vasques, navio-patrolha «Mandovi»;
2TEN FZE RN Jorge Manuel de Pina Paiva e Pona Franco, DFE 6;
2TEN FZE RN José António Ruivo, DFE 6;
2TEN FZ RN Mário Norberto Valente de Pinho, CF 1;
2TEN FZ RN Rui Manuel Rodrigues Simões, CF 3;
2TEN FZ RN Victor Henrique Louro de Sá, CF 3;

A República do Congo continuava a apoiar o movimento político-subversivo FNLA-GRAE com larga visibilidade exterior. Por ocasião de uma visita do presidente Mobutu foi salientada a contribuição congoleza e senegalesa para «extirpar da terra africana todas as práticas aviltantes e de sujeição do homem africano.

A Zâmbia mantinha com Portugal um tom político de fria hostilidade, acusando o nosso país de estar a impor um bloqueio ao escoamento das suas exportações através do porto da Beira. Contrariando as declarações de intenção de uma política de boa vizinhança e de não ingerência interna nos assuntos de outras nações, o governo da Kaunda apoia os movimentos subversivos do MPLA e também da UNITA.



Navio-patrolha «Cunene»

Em Dezembro de 1972 a situação internacional era caracterizada por um evidente esforço por parte dos países africanos no sentido de alcançarem um maior progresso geral, recebendo para o efeito auxílio estrangeiro tanto do bloco ocidental como do bloco comunista, o que permitia aos países mais industrializados (França, Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e República Popular da China) manter intacto o peso da sua influência em África.

No campo económico os países africanos continuavam dependentes não só das exportações das suas matérias-primas para os países industrializados mas também da importação de capitais e equipamentos, essenciais para alcançarem uma relativa independência económica.

A unidade africana revelava então uma apreciável coesão, mostrando-se unânime quer em condenar Portugal, Rodésia e República da África do Sul quer em aprovar resoluções com vista a provocar o seu isolamento no contexto internacional.

Entretanto, o dispositivo operacional instalado no Leste de Angola fora reorganizado e reforçado, estando constituídos os Destacamentos das Forças de Marinha no Rio Cuíto (baseado em Vila Nova da Armada), no Rio Cuando, no Rio Zambeze e no Rio Lungué-Bungo, áreas onde desde 1965 actuavam unidades de fuzileiros.

As acções armadas inimigas no teatro de Angola tinham vindo a diminuir francamente no ano de 1972 em relação ao ano anterior, salvo ligeiro crescimento no recurso à colocação de engenhos explosivos. No enclave de Cabinda a situação encontrava-se calma sem iniciativa de acções bélicas, o mesmo se passando tanto no norte como na frente leste. Somente o Cuango revelava ligeiro aumento de actividade.



Navio-patrolha «Mandovi»

O dia 2 de Junho de 1973 ficou assinalado por um brutal incidente que ficou assinalado como um trágico marco da guerra dos Fuzileiros, em geral, e da Reserva Naval, em particular.

Uma pequena coluna de duas viaturas que se deslocara do Chilombo à Lumbala para ir buscar correio, foi violentamente emboscada num percurso onde não havia histórico de actividades hostis.

A acção causou 3 mortos e um ferido aos fuzileiros que se encontrava no Chilombo. Um dos mortos, Pertencendo ao Pelotão de Apoio da CF 1, o STEN FZ RN António Bernardino Apolónio Piteira, oficial da Reserva Naval, do 18.º CFORN, foi o único oficial da Marinha de Guerra morto em combate durante os 13 anos de guerra.

A ofensiva internacional contra Portugal e os países do sul de África, acentuava-se no final de 1973. O encerramento da 28.ª sessão da Assembleia Geral da ONU marcou pela posição anti-portuguesa, ao aceitar a alegada independência da Guiné como acto consumado e indiscutível, definindo Portugal como potência ocupante e ilegal.

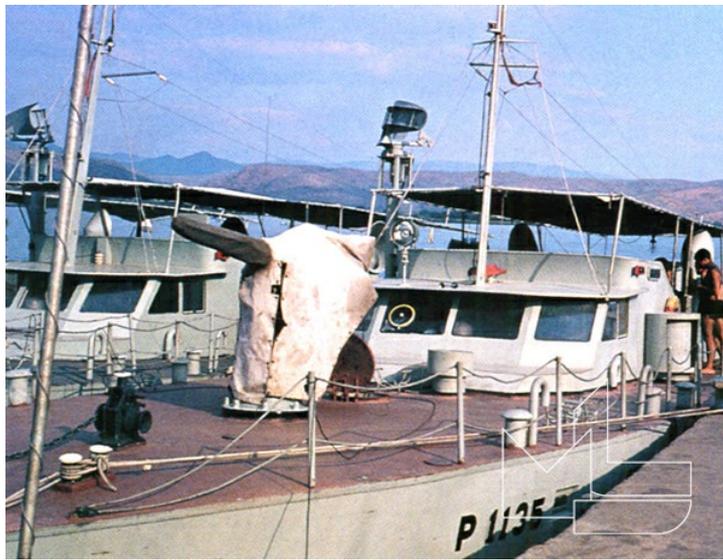
Moçambique (16 Oficiais):

2TEN RN Carlos Eduardo Campos Valgode na LFP «Mercúrio»;
2TEN RN José Belmiro Rodrigues Ferreira, Comando Naval de Moçambique;
2TEN RN Mário Jorge de Oliveira Pinho, Comando Naval de Moçambique;
2TEN EMQ RN José Manuel Gouveia da Costa Neves, Comando Naval de Moçambique;
2TEN RN Manuel Joaquim Couto Alves dos Reis;
2TEN RN Mário de Sousa Dias Fernandez;
2TEN MN RN Manuel Joaquim Teodósio Amaro, CDM Portos do Lago Niassa;
2TEN AN RN Tito Ferreira de Carvalho, CDM Portos do Lago Niassa;
2TEN FZ RN Avelino Pinto da Costa, CDM Portos do Lago Niassa;
2TEN AN RN José Manuel Delgado Félix Ribeiro, CDM dos Portos do Zambeze;
2TEN FZ RN Jorge de Oliveira Cardoso Fernandes, CF 7;
2TEN FZ RN José Amaro Martins Carmona e Costa, CF 7;
2TEN FZ RN Nuno Eça de Queiroz Cabral, CF 7;
2TEN FZ RN Luís Mário Pais Paiva de Andrade, CF 11;
2TEN FZE RN Luís Alberto Pessoa da Fonseca e Castro, DFE 8;
2TEN FZE RN Manuel Kendall Nicolau de Almeida, DFE 3;

O cenário internacional sofre entretanto significativa evolução: a Inglaterra assina um acordo que concede a independência à sua antiga colónia da Rodésia, permitindo no entanto a continuação da supremacia branca no país liderado por Ian Smith, facto que foi fortemente contestado pelos “nacionalistas” negros da Rodésia e de todo o Continente africano.

No entanto, a Grã-Bretanha continua a manter uma fragata no Canal de Moçambique, apoiada por um navio auxiliar, controlando o acesso aos portos da Beira.

Enquanto isso, os países originários das antigas colónias europeias mantêm forte investida junto da opinião pública mundial contra a presença portuguesa em África e fazem aprovar na ONU em 28 de Setembro de 1972 uma moção que propõe a admissão de delegados de organizações terroristas como observadores da Comissão de Descolonização. Portugal protesta, afirmando não participar nos trabalhos da ONU onde estivessem presentes representantes daquelas organizações. Posição idêntica é tomada pela África do Sul.



A LFP «Mercúrio» atracada na Base Naval de Metangula, no Lago Niassa

Logo no início de 1973 a ONU anunciou que iria realizar em Oslo, entre 9 e 14 de Abril, uma conferência internacional sobre o colonialismo e ao apartheid, no qual no qual iriam participar ale de representantes dos órgãos pemanentes daquela organização, representantes de nove movimentos de libertação africanos. A tal anúncio foi dada enorme relevância pela imprensa mundial. Simultaneamente, grupos anti-colonialistas e contra o apartheid preparavam uma campanha com reuniões na Alemanha, Noruega, Holanda, Suíça e ainda em Londres.

No estrangeiro, continuavam a levantar-se cada vez mais vozes contra Portugal, quer por parte dos países quer mesmo por organizações não governamentais. Em Março, foi a Organização Internacional de Aeronáutica Civil que aprovou, em sessão relaizada na sua sede em Nova Iorque, uma moção que afastava Portugal das suas reuniões. A aprovação foi obtida por maioria com votos favoráveis dos países africanos e asiáticos, e os votos contrários dos EUA, Nova Zelândia e a maior parte dos países europeus. Por esta altura, a Dinamarca, Finlândia e Suécia sugeriram a colocação de uma força militar à disposição da ONU, pronta a deslocar-se para qualquer parte do mundo.

Em Moçambique fora também constituído o Comando da Defesa Marítima do Zambeze, para apoio ao dispositivo militar naval em operações na bacia do Zambeze e em especial na região de Tete.

Continente e Ilhas (35 Oficiais):

- 2TEN RN Armando Henriques Prazeres Machado, Escola Naval;
- 2TEN AN RN José Alberto Taveira Carvalho Marques, Escola Naval;
- 2TEN RN Rui Pedro de Sousa do Prado, Comando Naval dos Açores;
- 2TEN MN RN Manuel Barroso Silvério Marques, Base Naval de Lisboa;
- 2TEN EMQ RN José Eduardo de Jesus Marques, draga-minas «Lajes»;
- 2TEN EMQ RN José Maria Albuquerque Figueiredo e Castro, draga-minas «Lagoa»;
- 2TEN EMQ RN José Manuel de Sampaio Cruz Filipe, fragata «Pêro Escobar»;
- 2TEN EMQ RN Martiniano Nunes Gonçalves, Fábrica Nacional de Cordoaria;
- 2TEN AN RN Miguel António Santos Ferreira de Almeida, Fábrica Nacional de Cordoaria;
- 2TEN AN RN António Francisco Espinho Romão, Direcção Geral Serviços de Fomento Marítimo;
- 2TEN AN RN Armando Augusto Dias de Morais e Castro, Grupo N.º 1 de Escolas da Armada;
- 2TEN AN RN José Maria Pereira Brandão de Brito, Grupo N.º 1 de Escolas da Armada;
- 2TEN FZ RN António Manuel Henriques Martins Tavares, Grupo N.º 1 de Escolas da Armada;
- 2TEN AN RN Augusto Rodrigues de Castro Ribeiro, Direcção do Serviço de Pessoal – 2.ª Rep.;
- 2TEN AN RN Joaquim António Pinto de Matos na Direcção do Serviço de Pessoal – 2.ª Rep.;
- 2TEN AN RN Augusto Bento Pereira da Silva, Superintendência dos Serviços Financeiros;
- 2TEN AN RN Fernando José Ramos e Costa Abecassis, Superintendência dos Serviços Financeiros;
- 2TEN AN RN João Manuel Rodrigues Pestana Teixeira, Superintendência dos Serviços Financeiros;
- 2TEN AN RN Luís Miguel Portela Morais, Superintendência dos Serviços Financeiros;
- 2TEN AN RN Carlos Rodolfo Botelho Elias, DSEC;
- 2TEN AN RN Carlos Marcel Pereira Figueira, Direcção das Construções Navais;
- 2TEN AN RN Rui Afonso Galvão Mexia de Almeida Fernandes, Direcção das Construções Navais;
- 2TEN AN RN Joaquim Daniel Costa Neves, CA da Administração Central de Marinha;
- 2TEN RN Jorge Manuel Alves de Moura Calheiros, CA da Administração Central de Marinha;
- 2TEN AN RN José Carlos Alfaia Pinto Pereira, CA da Administração Central de Marinha;
- 2TEN AN RN José Melro Félix, Direcção do Serviço de Abastecimento;
- 2TEN AN RN Manuel Alberto Ramos Mações, Direcção do Serviço de Abastecimento;
- 2TEN AN RN Manuel Antunes Pinto da Cruz, Escola de Fuzileiros;
- 2TEN FZ RN António Francisco Caseiro Marques, Escola de Fuzileiros;
- 2TEN FZ RN Mário Augusto Marreiros das Chagas, Escola de Fuzileiros;

2TEN AN RN Manuel Sousa Fernandes de Meireles, Instituto Hidrográfico;
2TEN TE RN Alberto Catarino Mateus, Instituto Hidrográfico;
2TEN AN RN Manuel Ferro da Silva Meneses, Estado-Maior da Armada;
2TEN AN RN Raúl Jorge Correia Esteves, Estado-Maior da Armada;
2TEN FZ RN José António da Silva Gomes Lima, Grupo N.º 2 de Escolas da Armada;

Não foi possível determinar o paradeiro correcto dos seguintes 4 Oficiais:

2TEN FZ RN António Tito Fontoura de Lencastre (Pelotão n.º 7 de Fuzileiros);
2TEN FZ RN Eduardo Nuno Ferreira Morgado (Pelotão n.º 13 de Fuzileiros);
2TEN FZ RN José Rocha da Silva (Pelotão n.º 12 de Fuzileiros);
2TEN FZ RN Manuel Severino Gaspar de Sousa Dias (Pelotão n.º 14 de Fuzileiros);



Navio-patrulha «Zambeze»

O 21.º CFORN, a partir de 25 de Abril de 1974, acompanhou todo o processo que se desenvolveu nos territórios ultramarinos, inclusivé porque muitos dos seus elementos eram Comandantes de Unidades Navais ou enquadravam Unidades de Fuzileiros.

Os oficiais pertencentes ao 21.º CFORN começaram a ser licenciados a partir de 11 de Outubro de 1974. Ingressaram nos Quadros Permanentes:

2TEN FZE RN Jorge Manuel de Pina Paiva e Pona Franco;
2TEN FZE RN Albano Matos Fernandes Pereira;
2TEN FZ RN Manuel Severino Gaspar de Sousa Dias;
2TEN FZ RN Mário Augusto Marreiros das Chagas;
2TEN FZE RN José António Ruivo. Este último oficial desempenhou as funções de Comandante da Escola de Fuzileiros no posto de Capitão de Mar-e-Guerra.

Fontes:

Texto do autor do blogue com a colaboração do CMG José António Ruivo do 21.º CFORN, compilado a partir do Anuário da Reserva Naval, Adelino Rodrigues da Costa e Manuel Pinto Machado, Lisboa, 1992; Dicionário de Navios & Efemérides, Adelino Rodrigues da Costa, 2006; Fuzileiros – Factos e Feitos na Guerra de África, 1961/1974, Luis Sanches de Baêna, 2006; Arquivo de Marinha; Revista da Armada; fotos do 21.º CFORN por cedência da revista da Armada; outras fotos de arquivo do autor do blogue com cedências de origens diversas;

mls